



## REFLEXÃO SOBRE AS DIRETRIZES DA IMPLANTAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO PARQUE ECOLÓGICO ANHANDUÍ – CENTRO EDUCACIONAL AMBIENTAL ANHANDUÍ EM CAMPO GRANDE/MS

Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa<sup>1</sup>

Vicentina Socorro da Anunciação<sup>2</sup>

**RESUMO:** No enfrentamento à expansão urbana foram necessárias ações, como a criação de Parques Urbanos e os Centros de Educação Ambiental (CEAs), tornando uma realidade no Brasil contemporâneo. Em Campo Grande (MS) foram criados quatro CEAs, na década de 2010, localizados em Parque Lineares (Parques Urbanos), espaços ricos em mananciais de águas, flora e fauna locais. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as diretrizes de implantação e funcionamento do CEA Anhanduí, bem como, analisar as atividades participativas preconizadas pelo Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA). A análise de dados do Cea Anhanduí (Gestor), do PMEa e do site da PMCG, mostra que o Cea foi visitado por 4.300 pessoas, realizando 106 atividades práticas de Educação Ambiental, por ano, em média, entre 2014 e 2019. O CEA possui estrutura física, equipamentos apropriados e equipe educativa, porém, ainda não possui Projeto Político Pedagógico e o Plano de Sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Correntes de Educação Ambiental, Centro de Educação Ambiental Anhanduí, Ações Práticas.

**RESUMEN:** Para enfrentar la expansión urbana, se necesitaban acciones, como la creación de Parques Urbanos y Centros de Educación Ambiental (CEA), haciéndola realidad en el Brasil contemporáneo. En Campo Grande (MS) se crearon cuatro CEA en la década de 2010, ubicados en el Parque Lineares (Parques Urbanos), espacios ricos en fuentes de agua, flora y fauna local. Esta investigación tiene como objetivo identificar los lineamientos para la implementación y operación del CEA Anhanduí, así como analizar las actividades participativas recomendadas por el Programa Municipal de Educación Ambiental (PMEA). El análisis de datos de Cea Anhanduí (Gerente), PMEa y el sitio web del PMCG, muestra que el CEA fue visitado por 4.300 personas, realizando 106 actividades prácticas de Educación Ambiental por año, en promedio, entre 2014 y 2019. tiene estructura física, equipamiento adecuado y un equipo educativo, sin embargo, aún no cuenta con un Proyecto Político Pedagógico y un Plan de Sostenibilidad.

**Palabras clave:** Educación Ambiental, Corrientes de Educación Ambiental, Centro de Educación Ambiental Anhanduí, Acciones Práticas.

### INTRODUÇÃO

Tendo em vista o atual quadro de degradação ambiental e a urgência da excelência da qualidade de vida humana, a Educação Ambiental tem enfrentado o desafio de contribuir na

---

<sup>1</sup>Professora Adjunta do Curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS/UUCampo Grande/MS. Autora principal. E-mail: [evamoura1967@gmail.com](mailto:evamoura1967@gmail.com).

<sup>2</sup>Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. PPGeo/UFMS/CPAQ. Coautora. E-mail: [vique56@hotmail.com](mailto:vique56@hotmail.com).



construção de uma sociedade mais justa e sustentável, por isso tornou-se uma ferramenta de sensibilização em prol da problemática socioambiental.

As sociedades ambientalmente justas e sustentáveis devem proporcionar a renovação da relação sociedade-natureza relacionada à ética da conservação ambiental associada a justiça ambiental. Neste viés, a Educação Ambiental tem se dedicado às múltiplas temáticas, nos mais variados espaços, como é o caso dos Centros de Educação Ambiental.

No enfrentamento à expansão urbana desordenada foi necessárias ações a serem executadas e aplicadas pelo Poder Público, tais como, a criação de Centros de Educação Ambiental (CEAs), tornando-se realidade nos Estados brasileiros. Segundo Silva (2004) comenta que os primeiros Centros de Educação Ambiental (CEAs) criados no Brasil foram nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, na década de 1970.

Neste sentido, a cidade de Campo Grande possui quatro Centros de Educação Ambiental, com infraestrutura física, incluindo as bacias hidrográficas e os Parques Urbanos. Os Ceas de Campo Grande são, a saber: 1. CEA Anhanduí, na região de planejamento do Anhanduizinho; 2. CEA Imbirussu, na região de planejamento do Imbirussu; 3. CEA Polonês, na região de planejamento do Prosa; 4. CEA Florestinha, na região de planejamento do Prosa.

Este estudo tem como recorte espacial o Centro de Educação Ambiental Parque Ecológico Anhanduí – Cea Anhanduí. Logo, os objetivos específicos são: levantar dados das atividades participativas, dos visitantes, das temáticas trabalhadas e da corrente de Educação Ambiental; levantar dados do planejamento e da gestão do Cea Anhanduí, mediante as diretrizes de implantação e de funcionamento do espaço educativo; avaliar a existência ou não do conjunto de estratégias de ação do Cea Anhanduí, segundo alguns questionamentos propostos por Silva (2004b).

Acredita-se que as primeiras discussões acerca da Educação Ambiental tenham ocorrido depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a questão ambiental começou a emergir, a partir da década de 1970. As transformações ambientais vêm à tona neste período com o avanço da urbanização decorrente da intensificação da industrialização e expulsão da população rural para os centros urbanos.

Neste período, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1972 recomendou o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais no combate à crise ambiental do mundo. A evolução teórico-metodológica da Educação Ambiental se intensificou a partir dos anos 1970, considerando alguns marcos históricos.



A relevância que a questão ambiental ganhou no cenário mundial provocou uma profusão de discursos e práticas educativas. Assim, a Educação Ambiental, passa a ter importância reconhecida em alguns documentos nacionais e internacionais.

No Brasil, alguns dos marcos legais da Educação Ambiental, são: 1. Lei nº 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981); 2. Lei nº 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999); 3. Lei nº 5.287/18 - Política Estadual de Educação Ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2018); 4. Programa Municipal de Educação Ambiental 2017, 2018 e 2019 (CAMPO GRANDE, 2018, 2019 e 2020), entre outros. Os marcos legais brasileiros têm a Corrente Conservacionista/Recursista incorporada em seus princípios.

Para Filheiro e Garcia (2018) o grande desafio desses espaços é utilizar os recursos disponíveis para alavancar a Educação Ambiental, saindo do conservadorismo para uma leitura de mundo mais complexa. A apropriação de conhecimentos referentes às causas ambientais necessita estar inserida neste contexto crítico, para assim mudarmos a realidade socioambiental em que nos encontramos.

A Educação Ambiental, como campo do conhecimento e da prática educacional, tem uma história recente. Diante das fortes demandas sociais, esta surgiu como forma de contestar os modelos societários construídos sobre pilares insustentáveis, sendo uma crítica aos modelos desenvolvimentistas adotados pelas grandes potências mundiais.

Essas críticas adquirem um viés conservador que, apoiadas no senso comum, ganham rapidamente espaço na sociedade. Produzindo, assim, uma polaridade de discursos e práticas: de um lado, uma Educação Ambiental abstrata, voltada para a natureza externa, que se distancia do terreno dos conflitos socioambientais; do outro, uma prática crítica que olha para tais conflitos e pretende fortalecer o controle da sociedade sobre a gestão ambiental pública.

Segundo o Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA, 2014), o discurso conservador é aquele que não remete ao que é da estrutura da sociedade, ou seja, não questiona a origem dos problemas e não pretende transformar a realidade. Enquanto a Educação Ambiental crítica visa transformar a sociedade em um ambiente de democracia plena, base das suas ideias e práticas.

Porém na maioria dos casos, esses discursos se afastam do cenário real dos conflitos socioambientais, acabando por gerar práticas que em nada mudam a realidade. Madureira e Tagliane (1997) alertam que as práticas de educação Ambiental desenvolvidas nos Centros de Educação Ambiental, são predominantes conservacionistas, pois esses espaços têm como o objetivo desenvolver conhecimentos e habilidades com foco na preservação dos recursos hídricos, da fauna e da flora locais.



Sauvé (2005) indica 15 correntes de Educação ambiental, permeadas nas concepções de meio ambiente e estratégias e/ou modelos que representam cada corrente. Segundo a autora, entre as mais antigas estariam as correntes naturalistas, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética. E as mais recentes, seriam as correntes holísticas, biorregionalista, prático, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação e da sustentabilidade.

Sauvé (2005) fez uma reflexão da cartografia do espaço pedagógico da Educação Ambiental. O quadro 1 esclarece os objetivos e as estratégias da Educação Ambiental preconizada nas Correntes Conservacionista e/ou Recursista, Crítica e Ecoeducação.

**Quadro 1 – Algumas Correntes de Educação Ambiental**

Correntes	Concepção do Meio Ambiente	Objetivos da Educação Ambiental	Enfoques Dominantes	Exemplos de Estratégias
<b>1.Conservacionista ou Recursista</b>	Recurso	Adotar comportamentos de conservação. Desenvolver habilidades relativas à gestão ambiental.	Cognitivos. Pragmático.	Guia ou código de comportamentos. Auditoria ambiental. Projeto de gestão/conservação.
<b>2.Critica</b>	Objeto de transformação. Lugar de emancipação.	Desconstruir as realidades socioambientais visando a transformar o que causa problemas.	Prático. Reflexivo. Dialogístico	Análise de discurso. Estudo de casos. Debates. Pesquisa-ação.
<b>3.Ecoeducação</b>	Polo de interação para a formação pessoal. Cadinho de identidade.	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se em e pelo meio ambiente. Construir sua relação com o mundo, com outros seres que não sejam humanos.	Experiencial. Sensorial. Intuitivo. Afetivo. Simbólico. Criativo.	Relato de vida. Imersão. Exploração. Introspecção. Escuta sensível. Alternância subjetiva/objetiva. Brincadeiras.

**Fonte:** Adaptado de Sauvé (2005).

A Corrente Conservacionista e/ou Recursista, tem no meio ambiente, um recurso para desenvolver comportamentos e habilidades de conservação, mediante o planejamento e gestão ambiental, auditoria ambiental e guias de comportamentos.



A Corrente Crítica tem no meio ambiente um lugar de emancipação e transformação, visando interferir nas causas dos problemas ambientais, mediante estudos de caso, pesquisa-ação, análise de discurso e do estado da arte, entre outros.

A Corrente da Ecoeducação tem no meio ambiente a possibilidade de identidade, para a formação pessoal, com a possibilidade de construir relações com o mundo e com seres vivos, pela exploração, relatos de vida, brincadeiras, artes, oficinas.

Sobre a diversidade das concepções de Educação Ambiental, o Fundo Brasileiro de Educação Básica (FUNBEA, 2018) comenta:

Dessa polissemia do campo, é importante identificar que parcela dessas correntes têm demonstrado uma concepção prescritiva, conteudista e conservadora de meio ambiente, em que a natureza ainda é compreendida a partir do paradigma moderno, como uma fonte de recursos a ser dominada e explorada, cabendo à EA desenvolver uma postura para que ela seja explorada racionalmente. (FUNBEA, 2018, p. 13)

Neste sentido, Loureiro (1999, p. 60) concebe a Educação Ambiental como “[...] um processo educativo de construção da cidadania plena e planetária, que visa à qualidade de vida dos envolvidos e a consolidação de uma ética ecológica”.

A Educação Ambiental crítica ressignifica o espaço onde está inserida, mediante ações sociais transformadoras, facilitando o processo crítico referente aos mecanismos das relações sociedade-natureza, considerando o tempo sócio-histórico e o território.

A Educação Ambiental, quando compreendida, como estratégia de militância sócio-política, exige, na sua viabilização, participação dos sujeitos, mediante diálogo e debate. Pois, a Educação Ambiental para a sustentabilidade é uma educação política, democrática, libertadora e transformadora.

Assim, é primordial, desenvolver práticas participativas, transformadoras e emancipatória, envolvendo a indissociabilidade entre os meios natural, cultural e social.

Desta forma, a Educação Ambiental crítica e transformadora é uma escolha que tem como ponto de partida a constatação – histórica – de que vivemos numa sociedade ecologicamente desequilibrada e socialmente desigual, pois fizemos escolhas – através dos tempos –, para nos relacionarmos com o ambiente, que resultaram nesta situação de desequilíbrio – ambiental e social – que nos encontramos hoje. (TOZONI-REIS, 2008, p.50)

A corrente da Ecoeducação está predominantemente dominada pela perspectiva educacional da Educação Ambiental. Para Sauvé (2005, p. 35), o contexto de referência da Ecoeduca o   a ecoforma o, pois, “não se trata de resolver problemas, mas de aproveitar a





relação com o meio ambiente como cadinho de desenvolvimento pessoal, para o fundamento de uma atuar significativo e responsável”.

O Fundo Brasileiro de Educação Básica (FUNBEA, 2018, p. 13) recomenda que considerem as relações sociais nas suas definições de meio ambiente, “...e reconhecem o potencial da educação nas transformações sociais, não em uma postura salvadora, mas reconhecendo a complexidade da questão ambiental...”.

Portanto, é mister valorizar a transversalidade e a interdisciplinaridade da Educação Ambiental, para o diálogo de saberes, e a sintonia com a transformação do mundo atual e das futuras gerações. Neste contexto de referência, a Educação Ambiental proporciona a análise crítica dos elementos socioambientais da sociedade civil moderna, formando cidadãos mais comprometidos com o espaço no qual habitam.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa científica busca compreender os fenômenos e conflitos da vida prática e, para tal, faz indagações, vinculando pensamento e ação. Como método de coleta de dados utilizou-se a análise documental, que segundo Lüdke e André (1986, p. 38): “A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Esta análise documental teve como objeto de estudo, o Programa Municipal de Educação Ambiental (2018, 2019 e 2020) e os dados quantitativos do CEA Parque Ecológico Anhanduí – Cea Anhanduí (2015 a 2020) com os seguintes objetivos: 1. Levantar dados do quantitativo e da tipologia das atividades participativas, do quantitativo de visitantes, das temáticas trabalhadas e da corrente de Educação Ambiental desenvolvida no Cea Anhanduí; 2. Levantar dados do planejamento e da gestão do Cea Anhanduí, mediante as diretrizes de implantação e de funcionamento do espaço educativo; 3. Avaliar a existência ou não do conjunto de estratégias de ação do Cea Anhanduí (SILVA, 2004b);

Neste estudo, a questão chave, foi levantar dados sobre as estratégias de ação desenvolvidas Cea Anhanduí, visando os princípios e os recursos humanos do espaço educativo. Para obter essas informações foi aplicado um questionário aberto em Junho/2021,



ao Gestor do Cea Anhanduí, com base nas proposições de Silva (2004b), a saber: 1. Quais as concepções que se tem de Educação Ambiental e de Cea? Parte-se de quais referenciais teóricos, práticos e com quais experiências? 2. O que se objetiva alcançar com esse Cea? Para onde se pretende caminhar? A quem se destina esse Cea? 3. Quais os princípios/pressupostos/temas que orientam a atuação deste Cea? 4. De quais recursos físicos e humanos dispõem, tais como, espaços e equipamentos e equipe educativa? 5. Quais são as estratégias para avaliar o Cea e a sua atuação? Quem são os avaliadores?

Silva (2004b) entende por “*práxis* um conjunto articulado de ação/reflexão/ação”. Pois, para toda ação planejada e executada, deve haver uma estratégia de reflexão e/ou avaliação que permita o aprimoramento desta ação, tão logo ela ocorra novamente. Neste caso, o intuito foi levantar informações da *práxis* desenvolvida no Cea, que possam alavancar a construção de importantes instrumentos de ações e estratégias futuras.

Segundo o Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (ENCEA, 2004), a concepção de Centro de Educação Ambiental pode ser:

Entende-se como CEA um Espaço Físico de Referência em Educação Ambiental, representado por uma sede (fixa ou móvel), dotado de uma série de Equipamentos, Recursos e Outros Espaços, que conta com uma Equipe (preferencialmente multidisciplinar) capaz de desenvolver Múltiplas Atividades destinadas a públicos diferenciados e orientadas por um Projeto Político Pedagógico bem estruturado. (ENCEA, 2003, p. 02)

Em Campo Grande existem quatro CEAs, considerando as bacias hidrográficas e os parques urbanos, a saber: 1. CEA Anhanduí (Parque Ecológico Anhanduí), 2. CEA Imbirussu - CEA Odilza Fernandes Bittar (Parque Linear do Imbirussu), 3. CEA Polonês - CEA Leonor Reginato Santini (Parque Linear do Sóter), 4. CEA Florestinha - CEA Cônsul Assaf Trad (Parque Municipal Cônsul Assaf Trad).

Os CEAs de Campo Grande estão sob a administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), na Divisão de Fiscalização, Políticas Sustentáveis e Educação Ambiental (DFPE), setor de Educação Ambiental.

E a operacionalização das políticas e projetos de Educação Ambiental têm sido realizadas pela Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb) através do Setor de Fiscalização de Áreas Verdes e Posturas Ambientais e Fiscalização de Políticas Sustentáveis e Educação Ambiental (DIMA). Os CEAs de Campo Grande não tem verba prevista no Fundo Municipal de Meio Ambiente.



Nesse contexto, a partir de 2017, a Prefeitura Municipal de Campo Grande tem publicado anualmente o Relatório das Ações de Educação Ambiental no Município de Campo Grande/MS, como parte integrante do Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA), contendo as atividades e ações anuais de Educação Ambiental realizadas no âmbito do Município, devido a pontuação junto ao Programa do ICMS Ecológico.

O Programa Municipal de Educação Ambiental contém princípios inerentes ao contínuo processo de Educação Ambiental do Município. Segundo o PMEa (2018, p. 04) um dos princípios seria: “a Educação Ambiental deve ser ampla, multidisciplinar, intersetorial. Tem como pressuposto básico a proteção do bem ambiental, o bem maior, fundamental a qualidade de vida sadia e, portanto, por esta razão, constitui-se em direitos e dever do cidadão”.

O Programa Municipal de Educação Ambiental tem quatro eixos de atuação, à saber: Centros de Educação Ambiental (CEAs), Educação Ambiental Itinerante, Fortalecimento de Espaços Coletivos de Reflexão e de Ação e a Realização de Eventos. As atividades e ações desenvolvidas nos quatro eixos são realizadas por meio de parcerias e convênios com empresas privadas, órgãos públicos, ongs e universidades.

Segundo o Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA, 2018, 2019 e 2020) os temas debatidos nos Centros de Educação Ambiental de Campo Grande são: Educação Ambiental, Coleta Seletiva, Resíduos Sólidos, Compostagem, Reciclagem, Hortas Comunitárias, Queimadas, Incêndios, Trilha Ecológica, Áreas Verdes Urbanas, Arborização Urbana, Recursos Hídricos, Unidades de Conservação, Preservação/Conservação, Fiscalização e Gestão Ambiental, Flora e Fauna, Dengue, Solos, entre outros.

As ações participativas de Educação Ambiental promovidas no Município de Campo Grande envolvem os diversos setores da sociedade, objetivando com tais ações, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de se comprometerem pela minimização dos impactos ambientais existentes no território do Município.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

Com base nas proposições de Silva (2004b), as análises geradas foram sobre as estratégias de ação do espaço educativo do Cea Anhanduí, segundo as perspectivas do Gestor do Cea Anhanduí. O Cea Anhanduí apresenta um plano de ação, segundo os princípios demonstrados nas proposições que se seguem.





O Fundo Brasileiro de Educação Básica (FUNBEA, 2018) entende que os Centros de Educação Ambiental podem ser (quadro 2):

Espaços coletivos de construção das políticas de Educação Ambiental, como as Comissões Interinstitucional de Educação ambiental (CIEAs), os Coletivos Educadores, as Câmaras Técnicas de EA dos Comitês de Bacias Hidrográficas, as Redes de Educação Ambiental, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIMEA), Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), dentre outros, são locais para a práxis da educadora ou educador ambiental. (FUNBEA, 2018, p. 15)

### Quadro 2 – Referenciais Teóricos e Concepção de Educação ambiental do Cea Anhanduí

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>1</b> Quais as concepções que se tem de Educação Ambiental e de Cea? Parte-se de quais referenciais teóricos, práticos e com quais experiências?	A Educação Ambiental não pode ser somente conteudista ou focada na transmissão de informações sobre a natureza e suas especificidades, mas que promova o diálogo, o pensamento crítico, a ética, a política, a cidadania, e que seja transformadora. Uma EA que busque colocar o homem como um ser que faz parte do meio ambiente. Segundo “(Reigota, 1995, p.74a) meio ambiente é um lugar definido e/ou percebido onde os aspectos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em constante interação”. O Cea Anhanduí procura desenvolver uma EA com lastro na reflexão/ação que nos permita identificar problemas e conflitos relativos às ações humanas e a nossa presença no planeta, e que essas ações têm que ser pensadas globalmente para agir localmente. Uma das ações do Cea e a formação de professores da Educação Básica, e nestas ações buscam-se expor aos educadores que a EA não pode ser considerada como uma simples disciplina ou um tema transversal dentro do sistema educacional, mas, como uma perspectiva que se insere em todas as disciplinas, ou seja, ela tem que “conversar” com os vários níveis e áreas do conhecimento, tem que ser trabalhada de forma contextualizada que permita a interação mediadora e a construção de novos conhecimentos de forma colaborativa e dialógica entre professores e alunos, como preconizam a PNEA. Esta é a concepção do Gestor do Cea Anhanduí fundamentada em sua formação acadêmica e sua história de vida, porém as dificuldades são imensas devido à falta de infraestrutura e de apoio por parte do poder público e da sociedade civil organizada, além da ausência de um norte, pois, o órgão responsável pela Educação Ambiental e pelos Ceas no município de Campo Grande até o momento não propôs a construção do Projeto Político Pedagógico.

**Fonte:** Gestor do Cea Anhanduí em Junho de 2021.

Segundo o Programa Municipal de Educação Ambiental (PMEA, 2018, p. 04) comenta que o CEA Parque Ecológico Anhanduí têm como objetivos (quadro 2 e 3): “[...] Proteger as cabeceiras e margens dos córregos garantindo a conservação dos pontos onde ocorrem às



recargas hídricas; Possibilitar o desenvolvimento de atividades contemplativas monitoradas, tecnologias sociais e Educação Ambiental, além de permitir ações de caráter científico [...]”.

O Cea Anhanduí, como postulado, tem disseminado o conhecimento, mediante a sistematização das informações relacionados ao meio ambiente, com lastro na reflexão/ação, em busca de identificar as causas, e as consequências dos problemas ambientais causadas pela presença do ser humano no Planeta (quadro 3). Nesse sentido, as ações, os programas e os projetos de Educação Ambiental devem considerar o âmbito nacional, regional, porém, com recorte espacial local de atuação.

**Quadro 3 – Objetivos do Cea Anhanduí**

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>2</b> O que se objetiva alcançar com esse Cea? Para onde se pretende caminhar? A quem se destina esse Cea?	Que o público que frequenta o Cea entenda o meio ambiente em sua totalidade e sua interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Estimular a reflexão/ação acerca das questões que submergem na relação entre o ser humano e o meio ambiente, preparando-o para uma participação consciente, sensível e ativa na conservação e preservação do meio ambiente proporcionando assim qualidade de vida para todos. O Cea por estar dentro do Parque Ecológico Anhanduí, por si só já possui algumas características de espaço educador, entretanto, é possível ampliar essas peculiaridades, esse é um dos grandes objetivos da gestão do Cea, porém o que falta são recursos financeiros e apoio por parte dos mandatários. O público alvo a que se destina o Cea é a comunidade do entorno, alunos, professores e profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior das instituições públicas e privadas do município de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul. Também atendemos empresas e a sociedade civil organizada in loco. O acesso ao Cea Anhanduí é feito mediante agendamento prévio e com número limitado de 25 pessoas por dia, pois o mesmo está localizado dentro de uma APP.

**Fonte:** Gestor do Cea Anhanduí em Junho de 2021.

Segundo a tipologia de classificação da Rede CEAs (REDE CEAs, 2018), o Cea Anhanduí está classificado como Centro de Interpretação e de Visitantes (Classe 1). O Cea engloba algumas iniciativas, agrupadas em três blocos: Centros, Núcleos e outras nomenclaturas.

Para Silva (2004b), os CEAs contam, com projeto educativo, equipe de profissionais, espaços organizados, recursos e materiais adequados e estratégia avaliativa (quadro 3).



Um CEA pode então ser dotado de uma considerável diversidade de equipamentos e de recursos, de diversas naturezas: audiovisuais, pedagógicos, de segurança, informáticos, culturais etc. Pode também dispor ou utilizar-se de outros espaços, além da sua sede física - que pode ser fixa ou ambulante - como por exemplo: matas, viveiros, criatório de animais, zoológicos, parques, jardins botânicos, bibliotecas etc. (ENCEA, 2003, p. 02)

#### Quadro 4 – Princípios e Pressupostos do Cea Anhanduí

	PERGUNTA	RESPOSTA
3	Quais os princípios/pressupostos /temas que orientam a atuação deste Cea?	Os princípios que norteiam a atuação do Cea Anhanduí são os mesmos da PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental.

**Fonte:** Gestor do Cea Anhanduí em Junho de 2021.

A Corrente Conservacionista está preconizada no arcabouço das leis ambientais do Brasil, visto que, o meio ambiente tornou-se um recurso necessário à sobrevivência humana e a obtenção de habilidades comportamentais de conservação, em prol do planejamento e da gestão ambiental.

O Programa Municipal de Educação Ambiental de Campo Grande e o conjunto de estratégias de ação do Cea Anhanduí têm a concepção de Educação Ambiental da Corrente Conservacionista/Recursista, pois visam promover modelos de comportamentos e habilidades em prol da conservação dos recursos ambientais e do planejamento e gestão ambiental (quadro 4).

O Parque Ecológico Anhanduí foi criado pela Lei 3.762/2000 (CAMPO GRANDE, 2000), possui uma área de 17,6 hectares, e está localizado na confluência do córrego Bandeira com o rio Anhanduí, na região de planejamento do Anhanduizinho, porção sul da cidade. O Parque Ecológico do Anhanduí é considerada a primeira unidade de conservação urbana municipal (figura 1 e quadro 5).

O Parque Ecológico Anhanduí foi revitalizado, em 2013, para a implantação do CEA Anhanduí, com o objetivo de desenvolver atividades de reflexão e de vivência de práticas sustentáveis. As atividades são realizadas, por meio de metodologias participativas, tais como, palestras, debates, eventos, reuniões, teatros, visitas técnicas, trilhas e trotes ecológicos, aulas de campo, cursos de capacitação, pesquisas científicas, entre outros (quadro 5).



**Quadro 5 – Recursos Físicos e Humanos do Cea Anhanduí**

PERGUNTA	RESPOSTA
<p><b>4 De quais recursos físicos e humanos dispõem, tais como, espaços e equipamentos e equipe educativa?</b></p>	<p>O Cea Anhanduí está dentro do Parque Ecológico Anhanduí que por sua vez está localizado na Av. Vereador Thirson de Almeida s/n, Bairro Guanandy II. O Parque foi criado no ano 2000, é considerado a primeira unidade urbana municipal de preservação de Campo Grande, tem uma extensão aproximada de 16 hectares e está em uma área de fundo de vale, na confluência do córrego Bandeira com o Rio Anhanduí, o mesmo é uma vereda: fitofisionomia do cerrado encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea <i>Mauritia flexuosa</i> - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas; com diversos olhos d'água e nascentes (12 nascentes) que formam cursos d'água que deságuam no rio Anhanduí e um pequeno lago, além de várias espécies da flora e da fauna do Cerrado, como peixe cará, cutias, cuicas, lobinhos, gambás, raposas, capivaras, preás, teiús, serpentes, cágados e diversas espécies de aves. De acordo com o Novo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Art. 4º, item XI, áreas com essas características são APP – Área de Preservação Permanente. O Cea possui trilha ecológica com aproximadamente 2.300 metros, cisternas (300 litros) para captação de águas pluviais, sede administrativa, com duas salas, cozinha, um quarto de repouso dos guardas, banheiros, teatro de arena para 150 pessoas e um mini auditório climatizado com 40 lugares, projetor e notebook. Quanto aos recursos humanos o Cea possui cinco funcionários que cuidam da limpeza e manutenção, dois guardas municipais no período noturno e o gestor que é professor de Geografia, Geógrafo e Especialista em Educação Ambiental, também é o responsável pela parte educativa.</p>

**Fonte:** Gestor do Cea Anhanduí em Junho de 2021.



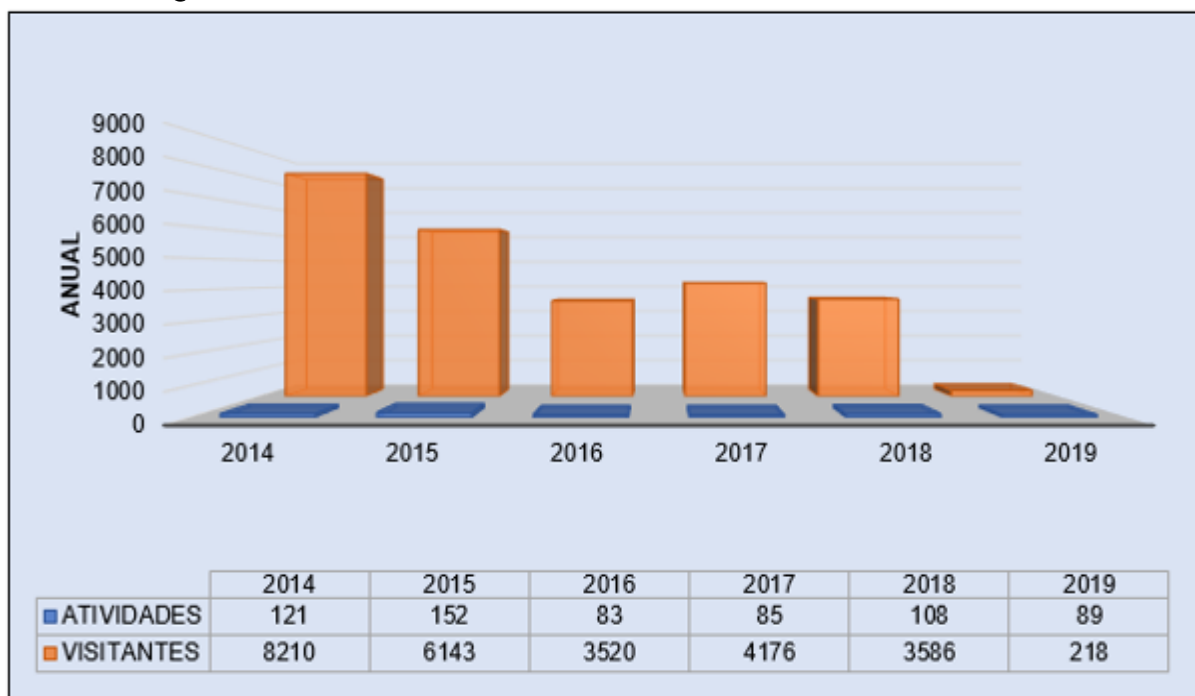


Figura 1 - Centro de Educação Ambiental Parque Ecológico Anhanduí – CEA Anhanduí



Fonte: Campo Grande (2019).

Gráfico 1 – Quantitativo de Atividades e Visitantes do Cea Anhanduí entre 2014 e 2019



Fonte: Adaptação de Dados (PMCG/PMEA/CEA).

Segundo o Gestor do Cea Anhanduí, as atividades/ações/estratégias realizadas no espaço, considerando o público alvo, têm como tema: Educação Ambiental – Ensino





Fundamental I e II; Educação Ambiental – Ensino Médio; Educação Ambiental – Ensino Superior; Educação Ambiental – Incêndios e Queimadas; Área de Preservação Permanente Cea Histórico; Área de Preservação Permanente Cea Fauna e Flora; Área de Preservação Permanente Cea Fauna; Área de Preservação Permanente Cea Cerrado; Unidades de Conservação em Campo Grande; Unidades de Conservação e os Impactos Ambientais nas Cidades; Unidades de Conservação, Urbanização e as Áreas Verdes.

O gráfico 1 identifica o quantitativo de atividades e o número de visitantes do Cea Anhanduí entre 2014 e 2019. Em 2014, quando o espaço começou a funcionar, o quantitativo de atividades e de visitantes eram maiores do que em 2019, último ano em que o espaço recebeu visitantes e realizou atividades, devido a Pandemia (Covid 19).

O decréscimo no quantitativo de atividades e visitantes entre 2014 e 2019 ocorreu devido: primeiramente, os números de visitantes e atividades em 2014, deu-se por conta da inauguração do espaço educativo, da localização centralizada, das instalações apropriadas à proposta do Centro de Educação Ambiental, pelo ambiente natural rico em água, flora e fauna locais.

Em 2015, 2016, 2017 e 2018 observa-se que o quantitativo de visitantes e de atividades realizadas se mantiveram, acredita-se que o trabalho de Educação Ambiental realizado no espaço é que manteve a média do quantitativo, pois no momento o espaço está sucateado, precisando de reforma, de verba própria e o retorno do público, pois desde março de 2020, até outubro de 2021, se encontra fechado.

#### Quadro 6 – Estratégias de Avaliação do Cea Anhanduí

	PERGUNTA	RESPOSTA
5	Quais são as estratégias para avaliar o Cea e a sua atuação? Quem são os avaliadores?	As avaliações são feitas verbalmente pelos frequentadores ao final de sua participação e pelo <i>feed back</i> enviados pelos mesmos após perceberem mudança de postura em alguns alunos, professores e profissionais da educação.

**Fonte:** Gestor do Cea Anhanduí em Junho de 2021.

Segundo o gestor do Cea Anhanduí as avaliações das atividades ocorrem pelo *feed back*, ou seja, ainda não há uma estratégia de reflexão e/ou avaliação que permita o aprimoramento das atividades/ação. O CEA possui espaço físico, equipamentos e equipe educativa. Mas ainda não possui Projeto Político Pedagógico e Plano de Sustentabilidade (quadro 6).



Neste caso, o Projeto Político Pedagógico do Cea Anhanduí, quando construído, poderá ampliar a concepção do papel que o CEA pode cumprir junto à sociedade campo-grandense. Pois, o PPP busca promover o diálogo entre a comunidade, os educadores ambientais e o CEA, fazendo reflexões sobre a Educação Ambiental praticada, a sociedade que se quer construir e onde se pretende chegar com as práticas/ações/estratégias.

O Projeto Político Pedagógico pode desenvolver e orientar as múltiplas atividades de um Centro de Educação Ambiental, quando bem estruturado:

Entende-se o Projeto Político Pedagógico como sendo um Documento Estratégico com Diretrizes voltadas para a Sensibilização individual e coletiva, visando a promoção e a mudança de comportamentos para a interação sustentável entre ser humano e o ambiente. É destinado a comunidades de Alunos, Professores, Agricultores, Visitantes de Parques e Reservas, Funcionários de Empresas, dentre outros coletivos. (ENCEA, 2003, p. 02)

O Projeto Político Pedagógico deve conter em seus pressupostos, pluralidade metodológica, contextualização pedagógica e linguagem adequados, considerando os objetivos, o público alvo e a Educação Ambiental a ser desenvolvida. O PPP deve ser flexível, pois deve contemplar as peculiaridades locais, almejando capacitar pessoas/educadores ambientais para a participação social. E ainda deve incluir, os processos avaliativos contínuos, a partir da *práxis* cotidiana.

Assim sendo, acredita-se que no caso do Cea Anhanduí, a Educação Ambiental Crítica e/ou Ecoeducação, quando praticada poderá contribuir na preservação e restauração dos parques, das bacias hidrográficas e das nascentes, na mediação dos conflitos e defesa daqueles que sofrem com as consequências dos atuais impactos e degradações ambientais instalados nos espaços urbanos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No final do século XX as cidades brasileiras passaram por intenso processo de urbanização, reflexo do aumento da população urbana, conseqüentemente modificaram os modelos de uso e ocupação do solo, refletindo em maiores demandas dos mananciais de água, da flora e da fauna dos espaços urbanos. Essas transformações trouxeram novas demandas ao Poder Público e a sociedade civil.



Dentre as demandas que surgiram, estão, por exemplo, os espaços verdes, entre eles, as unidades de conservação em áreas urbanas, como os parques urbanos e/ou parques lineares e os Centros de Educação Ambiental. Em Campo Grande/MS, os CEAs surgiram na segunda década do século XXI, devido a necessidade de conservação, impostas pelo modelo de gestão ambiental implementada pelo Poder Público.

O espaço urbano de Campo Grande conta, atualmente, com várias unidades de conservação, parques urbanos, parques lineares e os Centros de Educação Ambiental, em busca de suprir a necessidade da população campo-grandense por acesso à infraestrutura verde.

O Centro de Educação Ambiental Parque Ecológico Anhanduí – Cea Anhanduí, foi criado no ano 2000, se tornando a primeira unidade de conservação urbana do Município. Em 2013 foi criada a infraestrutura do espaço educativo do Centro de Educação Ambiental Anhanduí, com o intuito de proteger as cabeceiras e margens dos córregos Bandeira e Cabaça e o rio Anhanduí e desenvolver atividades/ações/estratégias de Educação Ambiental, além de permitir ações de caráter científico.

O espaço educativo realizou inúmeras atividades relacionadas a Educação Ambiental e as temáticas ambientais, considerando o público alvo. A análise de dados do Cea Anhanduí (Gestor), do PME A e do site da PMCG, mostra que o Cea foi visitado por 4.300 pessoas, realizando 106 atividades práticas de Educação Ambiental, por ano, em média, entre 2014 e 2019. Ou seja, o CEA é atuante, cumprindo com seus objetivos e papel social, considerando os referenciais teóricos e a concepção conservacionista de Educação Ambiental preconizada pelo espaço educativo.

Apurou-se que o CEA possui estrutura física, equipamentos apropriados e equipe educativa, porém, ainda não possui Projeto Político Pedagógico e Plano de Sustentabilidade. O plano de ação do Cea Anhanduí tem sido desenvolvido apenas pelo Gestor, sem a interferência ou a cooperação dos órgãos públicos gestores do espaço, no caso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur) e a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb). Também foi apurado que os CEAs não têm verba prevista no Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Acredita-se que a falta do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Sustentabilidade dificulta a construção de um plano de atividades/ações/estratégias de ampla pluralidade metodológica, com contextualização pedagógica e linguagem adequadas, considerando os objetivos, o público alvo e a concepção de Educação Ambiental a ser realizada.



Desta forma, finaliza-se com o pensamento de que a Educação Ambiental crítica e transformadora é um caminho em construção, visto que, ao longo dos tempos, fizemos escolhas, em prol das nossas relações com o ambiente, que resultaram no desequilíbrio socioambiental que nos encontramos hoje.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 07 abril. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 05 abril. 2021.

CAMPO GRANDE/MS. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur). Arquivos Vetoriais de Campo Grande Sisgran 2019 - Imagem Parque Ecológico Anhanduí. Disponível em: [www.campogrande.ms.gov.br/semadur/arquivos-vetoriais-de-campo-grande/](http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/arquivos-vetoriais-de-campo-grande/). Acesso em 10 de setembro. 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb). Relatório das Ações de Educação Ambiental no Município de Campo Grande/MS – Programa Municipal de Educação Ambiental 2019. Campo Grande/MS. Março/2020. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/educacao-ambiental/>. Acesso em 31 março. 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb). Relatório das Ações de Educação Ambiental no Município de Campo Grande/MS – Programa Municipal de Educação Ambiental 2018. Campo Grande/MS. Maio/2019. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/educacao-ambiental/>. Acesso em 31 março. 2021.

\_\_\_\_\_. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb). Relatório das Ações de Educação Ambiental no Município de Campo Grande/MS – Programa Municipal de Educação Ambiental 2017. Campo Grande/MS. Março/2018. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/educacao-ambiental/>. Acesso em 31 março. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.762 de 19 de junho de 2000. Cria o Parque Ecológico do Anhanduí e autoriza o Poder Executivo a desafetar, alienar ou permutar as áreas de domínio público municipal que menciona e dá outras providências. Disponível em: <https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/247292/lei-3762-00>. Acesso em 01 abril. 2021.

ENCEA. Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental. Carta de Timóteo - Deliberações do Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental. CEA Oikós, Fundação Acesita. Timóteo, MG. Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/cartaencea.htm>. Acesso em 14 de setembro. 2021.

FILHEIRO, M. C. J.; GARCIA, P. H. M. Os Centros de Educação Ambiental: reflexão sobre as diretrizes para a sua implantação e funcionamento. Revista Eletrônica do Mestrado em



Educação Ambiental. Rio Grande, v. 35, n. 3, p. 200-219, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8253>. Acesso em 01 abril.2021. Acesso em 14 de setembro. 2021.

FUNDO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNBEA). Educomunicação socioambiental e conservação de recursos hídricos. FunBEA. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Educomunica%C3%A7%C3%A3o+Socioambiental+e+Conserva%C3%A7%C3%A3o+dos+Recursos+H%C3%ADricos>. Acesso em 14 de setembro. 2021.

INEA/RJ. Instituto Estadual do Ambiente Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014.

LOUREIRO, J. M. M. Ciência da Informação: Nem Ciência Social, Nem Humana, apenas uma Ciência Diferente. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade, 1999. Anais [...]. Brasília: IBICT, 1999. pp: 65 - 77.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MADUREIRA, M. S. P.; TAGLIANI, P. R. A. A Educação Ambiental não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira brasileira: uma análise crítica. Brasília: IBAMA, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.287, de 13 de dezembro de 2018. Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/MS). Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/politica-estadual-de-educacao-ambiental-de-ms/>. Acesso em 31 de março. 2021.

REDE CEAs. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental. Centros de Educação Ambiental, afinal, o que são? 2018. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br>. Acesso em 01 de junho. 2021.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994a. (Coleção Primeiros Passos).

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação ambiental. In: SATO.M; CARVALHO, I. C.M. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed (2005). Pág,17 – 45. Disponível em: <https://www.google.com/seach?client=firefox-b-d&q=sauv%C3%A9+lucie.+uma+cartografia+das+correntes+em+educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental>. Acesso em 01 de junho.2021

SILVA, F. D. da. Histórico, Classificação e Análise de Centros de Educação Ambiental no Brasil. Escola Superior de agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba, SP.2004.

\_\_\_\_\_. Centros de educação ambiental no Brasil: Manual de Orientação. MMA/Ministério do Meio Ambiente Diretoria de Educação. Brasília, DF. 2004b.

TOZONI – REIS, M.F. DE C.A. Inserção da Educação ambiental na Escola. MEC/Ministério de educação Ambiental no Brasil. TV Escola/Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, RJ. Março de 2008.